

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Tarcísio não tem como definir para onde vai

Tarcísio: passageiro do seu destino

Na muito boa conversa que o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Capelli, teve com o Correio da Manhã na terça-feira (26), ele cunhou uma expressão muito boa para definir a situação política do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). “Tarcísio é passageiro do seu destino”, disse Capelli. Ou seja, a

essa altura Tarcísio não comanda o seu futuro político-eleitoral. Ele depende inteiramente das definições que o ex-presidente Jair Bolsonaro fará após a sua provável condenação pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Tarcísio tenta herdar o espólio político de Bolsonaro diante da sua situação de ineliminabilidade e condenação. Mas Bolsonaro resiste a fazer esse testamento.

Travado

Enquanto nada nesse sentido acontecer, Tarcísio fica travado. E, da mesma forma, o que vier a fazer também não depende dele. O governador paulista não arrisca um passo do seu futuro político antes de saber se será ou não o candidato do bolsonarismo em 2026.

Resistência

Por que Bolsonaro resiste em dar esse aval a Tarcísio? Porque sabe que, a partir desse momento, será ultrapassado pelo governador. Tarcísio precisa dos votos dos setores bolsonaristas. Mas, eleito, não precisará de Bolsonaro para governar. Se torna a nova referência da direita.

Marcello Casal Jr/Agência Brasi



Valdemar fará o que Bolsonaro decidir

O terço nem-nem não garante a vitória de Tarcísio

Já há algum tempo, o país divide-se em três. Uma parte está ligada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Outra parte se alinha ao ex-presidente Jair Bolsonaro. E há um terceiro grupo nem-nem: nem Lula nem Bolsonaro. Apostando no apoio do empresariado, Tarcísio poderia arriscar seguir sem Bolsonaro. Mas ele

não tem segurança de que consiga a totalidade dos nem-nem. E o mais provável é não conseguir mesmo. Se Bolsonaro negar a ele o aval e indicar um outro ligado à sua família — um de seus filhos, Eduardo ou Flávio, ou sua esposa, Michelle —, o campo conservador se divide. E Tarcísio iria com grande risco de derrota.

Centrão

O Centrão espera que, ao final, Bolsonaro sinta-se rendido pelos fatos, e, sem saída, aceite a candidatura de Tarcísio de Freitas. Mas Bolsonaro é imprevisível. E as conversas que a Polícia Federal divulgou mostram como haverá forte resistência do seu clã para que faça isso.

PL

Já há algum tempo, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, tenta levar Tarcísio para o seu partido. E não consegue. Recentemente, Eduardo, que ambiciona a vaga, fez chegar a Valdemar a reação de que, entrando Tarcísio no partido por uma porta, ele sairia por outra.

Eduardo

Nas conversas, fica clara a oposição de Eduardo Bolsonaro à solução Tarcísio. Fica claro como Eduardo desconfia das intenções de Tarcísio como aliado. Na verdade, o clã Bolsonaro é o maior empecilho para que Tarcísio não tenha trocado o Republicanos pelo PL.

Valdemar

Valdemar afirma que o PL fará o que Bolsonaro decidir. Porque ele é que seria o dono dos votos da direita brasileira. Se a opção do ex-presidente não for Tarcísio, e se ele optar pela confortável reeleição, abre-se uma imprevisível porteira para o voto da direita em 2026.

PL da Adultização segue para sanção presidencial

CCJ também torna pedofilia crime inafiançável

Por Gabriela Gallo

O plenário do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (27), o projeto de lei que cria regras para proteger crianças e adolescentes no ambiente virtual (PL 2628/2022). Os senadores primeiro aprovaram o regime de urgência do projeto — ou seja, permitiram que o texto fosse discutido diretamente no plenário da Casa, sem precisar ser apreciado nas comissões anteriormente — e logo em seguida discutiram e votaram o mérito do PL, que foi aprovado em votação simbólica em ambos os casos. Apelidado de PL do ECA Digital, referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o texto segue para sanção presidencial.

Dentre a série de medidas, o projeto proíbe a monetização (pagamento feito a postagens nas redes sociais) e o impulsionamento de conteúdos “que retratem crianças e adolescentes de forma erotizada ou sexualmente sugestiva”. O texto ainda determina que as redes sociais terão que vincular contas de crianças às dos responsáveis, alertar sobre os riscos dos usos de crianças e adolescentes, restringir conteúdo que vise atrair público infantil e aperfeiçoar a verificação de idade nessas redes. Em casos de violações, as redes sociais devem denunciar conteúdos de exploração infantil às autoridades competentes, guardar dados relevantes para investigação dessas autoridades e remover imediatamente os conteúdos ofensivos denunciados, mes-



Waldemir Barreto/Agência Senado

Flávio Arns fez somente alterações pontuais ao texto antes aprovado pela Câmara

mo sem ordem judicial.

O relator da medida, senador Flávio Arns (PSB-PR), alterou poucos trechos do texto substitutivo que chegou da Câmara dos Deputados. Dentre as mudanças pontuais, incluiu um trecho que determina a obrigatoriedade da empresa em remover conteúdos e acionar autoridades em caso de conteúdos de “aparente exploração, de abuso sexual, de sequestro e de aliciamento detectados em seus produtos ou serviços, direta ou indiretamente”.

O texto prevê que caberá a uma autoridade administrativa autônoma de proteção dos direitos de crianças e de adolescentes no ambiente digital fiscalizar o cumprimento da lei e editar normas complementares. Essa autoridade,

que seguirá as regras da Lei das Agências Reguladoras, será criada por uma lei própria que regulamentará a medida. Durante a sessão, o autor do projeto de lei, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), disse que essa autarquia poderá ser incorporada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por exemplo.

Ao Correio da Manhã o advogado e professor de Direito do Ibmec Brasília Rodolfo Tamanha avaliou que esse trecho do projeto apresenta “um problema jurídico”. Ele citou que o caso, segundo a Constituição, teria que ser protocolado em “um projeto de lei de competência do Poder Executivo”. Além disso, ele avaliou a autarquia como “excessiva”.

Ele ainda reiterou que o pro-

jeto é “uma extensão da responsabilidade para as plataformas”.

Pedofilia

Na mesma linha de proteção de crianças e adolescentes, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira o Projeto de Lei (PL) nº 5.490/2023 que determina que crimes relacionados a pedofilia entrem para a lista de crimes inafiançáveis. O texto altera o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O PL vai para o plenário da Casa e, se aprovado, segue para a Câmara dos Deputados.

O texto engloba crimes como corrupção de menores; satisfação de lascívia [propensão para a luxúria] mediante presença de criança e favorecimento da prostituição.

Lula antecipa recondução de Paulo Gonet para PGR

Leo Bark/Secom-MPF

Por Karoline Cavalcante

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) oficializou nesta quarta-feira (27) a recondução de Paulo Gonet ao cargo de procurador-geral da República, antecipando o movimento meses antes do término do atual mandato, previsto para dezembro. A escolha será publicada no Diário Oficial da União (DOU) e segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal.

Caso aprovado na sabatina, Gonet segue por mais dois anos à frente do Ministério Público Federal (MPF). No ano passado, ele foi aprovado com 65 votos favoráveis — precisa de, no mínimo, 41. O PGR, que não integrava a lista tríplice sugerida pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), foi indicado diretamente por Lula em 2023, rompendo uma tradição adotada nos seus dois primeiros mandatos e que também tinha sido quebrada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, quando indicou Augusto Aras.

Desde que assumiu, ações relevantes estão sob a responsabilidade de Gonet, como a responsabilização dos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro. Também se destacou ao denunciar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por cinco crimes relacionados à Ação Penal nº 2668, que trata sobre a tentativa de golpe de Estado após o resultado da eleição de 2022. Além disso, contrariou interes-



Mandato atual de Gonet vai até dezembro

ses do Planalto ao denunciar o deputado federal Juscelino Filho — que à época era ministro das Comunicações —, por suposto envolvimento em esquema de desvio de emendas parlamentares. O episódio resultou na demissão do ministro após indícios de contratação de empresa de fachada em obras da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Pragmatismo

Lula antecipa a indicação de Gonet às vésperas do início do julgamento na Primeira Turma do STF do “núcleo crucial” da tentativa de golpe. Ao Correio da Manhã, o cientista político Elias Tavares avaliou que a decisão de Lula não é um gesto

meramente burocrático. Para ele, além de reduzir incertezas institucionais, também envia um recado direto ao bolsonarismo de que “não haverá margem para manobras no Ministério Público”.

“A PGR é o braço máximo do Ministério Público junto ao STF e, portanto, exerce papel central em processos que envolvem autoridades da República. Ao agir agora, antes mesmo do fim do mandato em dezembro, Lula busca reduzir ruídos institucionais e evitar especulações sobre eventuais trocas às vésperas do julgamento de Jair Bolsonaro”, explicou. “É um movimento que mistura pragmatismo e política: garante previsibilidade para o Ministério Público e, ao mesmo tempo,

reforça a narrativa de que não haverá espaço para manobras que fragilizem a responsabilização do ex-presidente”, completou Tavares à reportagem.

Novo processo

A recondução ocorre no momento em que o procurador-geral é chamado a se posicionar sobre novos desdobramentos envolvendo Jair Bolsonaro. A Polícia Federal indiciou o ex-presidente e seu filho, o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), por obstrução de investigações e tentativa de interferência no curso do julgamento da suposta tentativa de golpe, que está marcado para iniciar no dia 2 de setembro. Segundo a corporação, Eduardo, que atualmente reside nos Estados Unidos, teria participado de articulações que resultaram em ações como a aplicação da Lei Magnitsky — criada para punir violações graves de direitos humanos e casos relevantes de corrupção — contra o ministro do STF Alexandre de Moraes, além do anúncio de tarifas a produtos brasileiros pelo presidente norte-americano Donald Trump (Republicano).

A Procuradoria tem até a próxima segunda-feira (1º) para decidir se oferece denúncia, pede novas investigações ou simplesmente dá ciência dos autos ao Supremo. O prazo, que se encerrava na quarta-feira, foi estendido por decisão de Moraes, que também autorizou vigilância integral na residência de Bolsonaro.